

AS LIÇÕES DA OCUPAÇÃO

Os estudantes desocuparam a Reitoria quarta-feira, dia 4 de Abril, sob a condição de que seria garantida a volta às aulas, nenhuma punição legal ao movimento e a manutenção dos atuais preços do RU, durante o prazo de 45 dias, enquanto se processam as negociações; além da formação de uma Comissão para pleitear suplementação de verbas junto ao MEC.

Tal proposta foi aprovada numa Assembléia Geral dos Estudantes, às 4 horas da manhã, após longa reunião com o Reitor, realizada devido intervenção da sociedade civil e das forças democráticas que, desde o primeiro momento buscaram a solução negociada, evitando o confronto desigual.

Aprovada até por aqueles que, menos de 24 horas antes apontavam a sectarização da luta, propondo que nenhum estudante dali saísse sem que fosse atendida a reivindicação de aumento do bandeirão em no máximo 100%.

O que é de estranhar, é que a proposta aprovada nascida da negociação entre estudantes, Comissão de Alto nível (Igreja, OAB, ADURN, PMDB, PDS, etc) e a administração tenha semelhança com a que apresentamos (vide verso) e rechaçada por aqueles que forjaram um clima emocional nas Assembléias anteriores, não permitindo uma análise lúcida e sensata do momento em que vivemos, levando o movimento a aventuras.

Entendemos que a sectarização de posições não é o melhor caminho; nem muito menos

nos utilizarmos do calor emocional da luta e fazer dela instrumento de nossos objetivos políticos. É falso eleger posições sectárias como critério de verdade e de justiça. Assim como é falso o argumento débil de que só na intransigência conseguiremos vencer.

Mais tarde, diante das evidências dos fatos concretos, da possibilidade de isolamento e esvaziamento do movimento, da ameaça de ação judicial por parte da Reitoria, da iminência de intervenção de forças policiais que teria como consequência a desocupação forçada sem ganhos concretos, os intransigentes foram levados a reconhecer, na prática, a justeza das nossas propostas: o caminho é a solução negociada (impossível sem mobilizações) e a articulação com os mais amplos setores da comunidade universitária e da sociedade civil, interessados no ensino público e gratuito.

Apesar do fato de que as lideranças do movimento terem um processo judicial contra si, estamos conscientes da vitória parcial pois conseguimos a não implementação da portaria em 45 dias e temos esse prazo para mobilizar o conjunto dos estudantes, resolver o problema dos que se alimentam no RU, barrar a portaria do MEC e conseguir a imediata suplementação de verbas para o satisfatório funcionamento da UFRN.

Convocamos todos os estudantes para participarem da luta, pois a vitória depende de cada um e de todos.

A PRÁTICA POLÍTICA DAS ELITES

A prática política de muitas lideranças do movimento estudantil não difere muito da prática política das elites dominantes. Alguns métodos são os mesmos: a intolerância em não aceitar a discutir as divergências de forma democrática, o sectarismo de ser o dono da verdade absoluta. Isto sem falar das manobras, dos golpes, das queimações e das insinuações, além do fato de que nas Assembléias muitos apelavam mais para o emocionalismo do que para a discussão política lúcida.

Quem participou da Ocupação da Reitoria com atenção deve ter se apercebido destes fatos. Vejamos alguns exemplos:

Um colega nosso, numa das assembléias, tratou de taxar a proposta que defendíamos de "babaca" e "covarde". Dizia que estávamos com medo, como se política fosse uma questão de medo ou de coragem e não a análise entre as nossas forças e as forças do inimigo e, dentro disso, ver qual o caminho mais adequado que nos levará a alcançar o nosso objetivo. E o que é pior: não apresentou proposta alguma, atendo-se apenas a criticar a nossa, num flagrante desrespeito ao plenário.

Outro colega fez várias insinuações, como dizer que éramos "agente da Reitoria" pelo fato de defender-nos proposta que divergia do seu ponto de vista, numa atitude que consideramos anti-democrática.

Quando observamos o problema de que o Comando Geral da Ocupação deveria ter como critério de formação as entidades estudantis (DCE, DA's, CA's e Presidentes de cada Residência) e não por tendências políticas que têm uma prática de instrumentalizar o movimento. Esse mesmo colega usou de desonestidade e de má fé ao dizer que defendíamos essa mudança na formação do Comando por que estávamos em minoria.

Ora, a afirmação do colega é insólita, pois não se trata de minorias ou majorias, mas sim do fortalecimento das entidades estudantis no processo de lutas políticas na Universidade.

Neste caso, não há dúvidas: a questão é de princípios e de critérios e não do argumento mediocre de maioria ou minoria.

As manobras e os golpes, típicos das elites continuaram a existir. Outro exemplo disso, foram as manobras para ver quem defenderia essa ou aquela proposta, fato que reduzia o debate político a disputas que se amesquinham pelo caráter egocêntrico de cada "líder".

Uma outra prática reprovável era na marcação do tempo dos oradores. Todos tinham o direito de defender as suas propostas no tempo de 3 minutos. Porém, o colega Ion (Medicina) teve seu tempo reduzido a minutos pelo fato de defender proposta diferente da do Comando.

Mais uma lição da Ocupação: da necessidade do movimento estudantil amadurecer, de sair das mesquinhas, de ir para o debate político honesto e democrático, sem emocionalismo. De uma prática democrática, sem insinuações ou queimações de má fé que nunca contribuíram (nem irão contribuir) para o avanço do movimento.

...

Levantamos tais aspectos, por que pretendemos com isso contribuir para que sejam eliminadas do nosso movimento práticas anti-democráticas e que só o leva ao atraso.

NOSSA PROPOSTA

Eis a nossa proposta rejeitada na Assembléia de terça-feira dia 03 de abril.

1 — Revogação da Portaria à nível nacional e a sua não implementação na UFRN;

2 — Nenhum estudante fora da Universidade por causa do aumento do bandeirão;

3 — Desde que sejam atendidos os seguintes pontos:

a) Volta imediata das aulas,
b) Garantia de nenhuma medida judicial contra o movimento,

c) Garantia de que não haverá nenhum aumento nos preços do RU, durante o prazo de 15 dias, quando serão mantidas as negociações para uma solução definitiva e justa para todos.

Os estudantes desocuparão as dependências administrativas da Reitoria e se deslocarão para o Auditório;

4 — Deverão ser mantidas as conversações com a Comissão de alto nível, tendo-a como intermediária entre os estudantes (representados pelo Conselho de Entidades e os Presidentes de cada residência Universitária) e a Administração da UFRN;

5 — Declaração pública do Reitor reivindicando a suplementação de verbas e condenando a Portaria do MEC;

6 — Mobilização permanente dos estudantes através do DCE e demais Entidades Estudantis, durante o período em que as negociações se processam.

Esta é a nossa proposta que foi duramente criticada por aquelas lideranças que apontavam aos seus colegas a sectarização da luta. Mais tarde, depois de cederem às evidências dos fatos, aceitaram proposta semelhante a nossa.

Pode-se até dizer que se tivéssemos desocupado a Reitoria à tarde, como propusémos, não teríamos conseguido os 45 dias. Porém, não seríamos da Reitoria para depois negociar. O que queríamos era negociar a nossa saída: desocupar a Reitoria sob condições e não de graça.

Pode-se dizer também que se os estudantes não tivessem radicalizado na Assembléia de terça pela manhã, não teríamos conseguido o prazo de 45 dias. Ora, não é a "radicalização" da luta que nos dará força, mas sim a nossa capacidade de mobilização.

Entendemos que houve a mobilização dos estudantes em cima de um problema concreto: a portaria 62/84 que aumenta abusivamente os preços do bandeirão.

Sendo assim, não temos motivos para exaltar o sectarismo como meio mais consequente pra obter melhores resultados dos nossos justos pleitos.

Apostamos na mobilização dos estudantes como forma legítima de superar os impasses, bem como, temos certeza, a sectarização inconsequente e inconsistente nos levará ao isolamento e a derrota.

Enfim, mobilização, firmeza e flexibilidade, sem dúvidas, é a melhor saída.



Cláudio, Zariife, Geraldo, Xilma (Com. Soc.); Evandro Wober, Zé Maria (Dir.); Ion, Ivanoska (Med.); Emilson, Kátia (Econ.); Danúbio (Geog); GÊNESIS (Eng.)



AMPLIAR A LUTA PARA PODER VENCER

A portaria 62/84 do MEC que retira os subsídios para o Restaurante Universitário, impondo as Universidades o ônus da sua manutenção, está nos proporcionando preços extorsivos do bandeijão.

Esse corte de verbas das Universidades, tanto para os Restaurantes como nos outros setores fundamentais para melhor aproveitamento do ensino, faz parte de uma política que, com mais rigor e ousadia, começou a ser implantada com o acordo MEC-USAID, assinado em 1965 entre o governo brasileiro e técnicos do governo americano, visando a implementação do ensino pago nas Universidades (hoje temos mais de 75% do ensino superior privatizado) como forma de criar uma elite pensante, que atendesse aos interesses dos monopólios nacionais e internacionais. Por outro lado esse famigerado acordo, pretendia transformar as Universidades em campos de concentração, onde prevalecia a ditadura cultural, discriminando as idéias, cerceando as liberdades de cátedra, proibindo

livros, impedindo o livre debate, ao mesmo tempo em que jogavam as Entidades estudantis na ilegalidade mais obscura.

Agora, quando parte desse projeto anti-nacional foi implantado, o governo brasileiro recorre ao FMI e este dita as ordens que orientam a sua política econômica. Entre as exigências do FMI, está a que impõe a redução, a todo custo, do déficit público, atingindo frontalmente os interesses da Educação Brasileira.

Para derrotarmos esta Portaria, será preciso um grande movimento nacional, que seja capaz de mobilizar os mais amplos setores da sociedade, no sentido de preservar o ensino público e gratuito.

Daí por que a nossa preocupação, em constatar se a opinião pública estava apoiando a Ocupação da Reitoria. Pois temos consciência de que qualquer movimento dos estudantes para tentar salvar o ensino público, terá, necessariamente, que contar com o respaldo da maioria da Sociedade.

PELA ANULAÇÃO DO PROCESSO

Foi instaurado um processo político, jurídico contra os estudantes. Repudiamos com veemência tal gesto. Até porque houve intolerância da Justiça Federal, que pressionada pelas forças mais retrógradas da sociedade, cedeu ao arbítrio. É bom salientar que a negociação foi feita, também, no sentido de sustar a ação jurídica. Nos somamos na luta democrática para derrotar o processo.

O nosso repúdio e disposição de luta para derrotar o tal processo não nos impede de fazermos uma análise dos fatos que antecederam a atitude do reitor em acionar a Justiça Federal.

As medidas legais que hoje respondem os estudantes poderiam ser evitadas caso o movimento não tivesse enveredado pelo caminho do confronto desigual com a administração.

Vejam os leitores que a nossa proposta tem no seu ponto 3b a garantia de que nenhuma medida judicial seria tomada contra os estudantes, tendo sido apresentada na assembléia geral do dia 3 de abril, terça-feira, pela manhã. Caso aprovada evitaria que hoje respondermos ao processo judicial, uma vez que a administração tomou tal medida na mesma terça-feira à tarde, após receber posição de assembléia dos estudantes que decidiu continuar ocupando a Reitoria.

Com isso temos mais outra lição: que proposta aparentemente avançada e radicalóide levou o movimento ao atraso, pois efetivamente, muitos estudantes estão prejudicados com o processo e outros intimidados. Além disso, se não tivermos capacidade política de mobilizar a Comunidade Universitária e a Sociedade Civil, correremos o risco de ver a portaria do MEC implementada na UFRN.

Quim.); Hermínio (Eng. Mec.); Chico Queiroz, Antônio Carlos, Florentino (Eng. Civ.); Zeé Ivam (Eng. Min.); Walter (Arq.); Nevinha (Historia); Ha-

roldo (odontologia); Márcia Bethânia (Serviço Social).

O COMANDO DAS ENTIDADES

Desde o primeiro momento defendíamos a formação do Comando Geral de Ocupação tendo como critério as Entidades estudantis: DCE, DA's, CA's e os Presidentes de cada Residência e não por pessoas, tendo como pano de fundo as tendências políticas.

Assim fazíamos por achar importante que no processo da Ocupação as Entidades estudantis saíssem fortalecidas.

Todos nós dispensamos grande parte das nossas energias no fortalecimento das Entidades, para que elas se tornem representativas; tentamos fazer as mais variadas promoções, inclusive as de caráter não reivindicativo, para dessa forma ampliar a participação dos estudantes.



Mas nos dias da Ocupação, as entidades estudantis foram relegadas a segundo plano.

O fortalecimento das Entidades é, no nosso entendimento, ponto fundamental para que conquistemos as melhorias de que necessitamos. Seja no plano estudantil, seja no plano da sociedade.

Com as Entidades estudantis fortes e representativas, teremos muito mais capacidade de mobilização e força para conseguirmos as nossas reivindicações.

Entidades fortes e representativas na sociedade (sindicatos, OAB, associações de profissionais e moradores, conselhos comunitários, etc.) são a garantia maior de democratização do país.

Infelizmente, algumas concepções que proliferam no movimento estudantil têm nas entidades um instrumento para passar as suas propostas políticas, levando-as ao enfraquecimento.

NOSSO CAMINHO

QUAL O CAMINHO QUE DEVEMOS SEGUIR PARA RESOLVER O PROBLEMA DOS QUE SE ALIMENTAM NO R.U.?

TEMOS ALGUNS PONTOS DE VISTAS QUE QUEREMOS QUE TODOS COLEGAS REFLETAM. SÃO PONTOS QUE LANÇAMOS A DISCUSSÃO.

ACHAMOS QUE É NECESSÁRIO COMBINAR ADEQUADAMENTE A LUTA PARTICULAR DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO COM A LUTA GERAL PELA SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS. PARA TANTO, PRECISAMOS ENVOLVER OS ESTUDANTES AFASTADOS DA LUTA DO R.U. ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DE CADA CURSO, DEBATES NO AUDITÓRIO DA REITORIA COM A OAB, IGREJA, ADURN, APRN, PARTIDOS, SINDICATOS, ETC. SOBRE A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE, DE FORMA A LEVAR A COMUNIDADE A PARTICIPAR DA LUTA PELA MELHORIA DO ENSINO.

SERIA INTERESSANTE, ENCAMINHARMOS ABAIXO ASSINADO PEDINDO SUPLEMENTAÇÃO DE VERBAS NAS PRAÇAS PÚBLICAS, COM O MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE ASSINATURAS E LEVÁ-LO AO MEC, BRASÍLIA, POR UMA COMISSÃO DE PROFESSORES, ESTUDANTES, ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTANTE DAS DIVERSAS ENTIDADES DA

SOCIEDADE.

NÃO PODEMOS DEIXAR DE APRESENTAR SUGESTÕES NO SENTIDO DE SUPERAR O IMPASSE CRIADO PELO AUMENTO DO R.U. (PORTARIA 62/84).

A ADMINISTRAÇÃO FEZ UM LEVANTAMENTO DO PREGO REAL DA REFEIÇÃO: CR\$ 1.400,00. MAS O DACT TAMBÉM FEZ UM LEVANTAMENTO QUE TEVE COMO RESULTADO O PREGO DE CR\$ 700,00 PARA CADA BANDEIJA. UM NOVO LEVANTAMENTO DEVE SER FEITO ATRAVÉS DO DCE, DAS E CA'S E ADMINISTRAÇÃO.

AS PROPOSTAS ALTERNATIVAS DEVEM SER MELHOR ESTUDADAS: A EQUIPARAÇÃO DAS BOLSAS AO ÍNDICE DE AUMENTO DO BANDEIJA, SEM CORTES E CONTEMPLANDO CADA RESIDENTE COM UMA OU DO PREGO DE 200,00 O ALMOÇO E CR\$ 100,00 PARA O JANTAR SÃO PROPOSTAS QUE DEVEMOS DISCUTIR.

PARA OBTERMOS VITÓRIA É NECESSÁRIO UM ESTADO DE MOBILIZAÇÃO PERMANENTE DOS ESTUDANTES, INCLUSIVE PARA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO JUDICIAL MOVIDO CONTRA NÓS PELAS FORÇAS AUTORITÁRIAS

VAMOS À LUTA!